

MODERNIDADE: UM SONHO LATINO-AMERICANO*

*Paulo Meneses
UNICAP — PE*

Dizia uma antiga gramática que os verbos mais usados eram irregulares justamente por serem os mais usados. O uso desgastara suas formas e contornos originários. Lembrei-me disso ao ver o que se passou com noções tão usadas como *moderno*, *modernidade*. A *overdose* imposta pela moda, pela empolgação dos meios de comunicação, desgastou a tal ponto essas noções, desfez de tal modo seus contornos e fronteiras de determinidade, que hoje em dia, por querer significar tudo, chegam a não significar nada. É o que ressalta no discurso de Otávio Paz ao receber o prêmio Nobel¹. Ele deseja “que a América Latina, e especialmente México, sua pátria, alcancem a *verdadeira modernidade*, que não é unicamente a democracia política, a prosperidade econômica, a justiça social, senão também reconciliação com nossa tradição e conosco mesmos”. Ora, uma utopia de tal porte poderia ser chamada ‘eschaton’, fim da história, Eldorado, Xangrilá; não se vê porque seria chamada justamente

* Publicado simultaneamente, com alguns acréscimos, na *Revista Symposium Nova Fase (UNICAP)*, ano 36, n. 1 e 2, janeiro-dezembro (1997) 7-15.

¹ Ver o Discurso em *La Nación*, 11 dezembro de 1990, p. 9 [Cit. por *Identidad Cultural y Modernización*, (Coletânea), Buenos Aires: Paulinas, 1991.

'modernidade' — talvez ficasse melhor o termo de 'pós-modernidade', que o borbulhar mediático está agora pondo em moda. Pois se a *verdadeira modernidade* não é a que verdadeiramente existe, mas a que está para além dela, nos "amanhãs que cantam", seria uma pós- ou uma ultramodernidade. A modernidade verdadeira seria a não-modernidade. Noções dessas lembram os buracos negros da astrofísica — essas singularidades que compactam massa tão enorme de matéria que delas não pode sair nenhuma luz... Mas por isso mesmo, sua força de atração é imensa.

Cornelius Castoriadis² acha o termo 'moderno' infeliz e inadequado, pois implica que a história atingiu o seu fim e que os humanos viverão, de agora em diante num presente perpétuo; quando de fato, o termo só tem sentido em relação ao passado. E diz que 'pós-moderno' é um termo de absurdo evidente, uma insensatez; como caracterizar uma coisa apenas como "o que vem depois"? Ou que seu sentido é o não-sentido, e seu estilo é o não-estilo? Já o filósofo Henrique Vaz apresenta em síntese abrangente o alcance e as aporias desses termos³

I - Modernidade

"O termo '*modernidade*' diz Henrique Vaz, usado hoje a cada momento e a todo propósito, acaba tendo muito dessas moedas gastas cuja inscrição tornou-se indecifrável; ou então, circula como um 'mot de passe', cuja significação todos julgam possuir, mas que ninguém consegue explicar qual seja exatamente. *Modernidade* é uma *meta* que muitas sociedades lutam ainda por alcançar; e nesse caso, entende-se sobretudo como modernidade econômica e política. É um valor que todos reivindicam, pois ninguém admite ser tido por pré-moderno; é um *programa* cultural que indivíduos, grupos, instituições se propõem cumprir, como condição para acertar seus passos com a história. Enfim, é uma *ideologia* (ou 'razão secular' dos ingleses), ou seja, a concepção do mundo que o homem 'moderno' de qualquer latitude, e vivendo nos novos tempos, deve adotar, e face da qual são atingidas por irremediável caducidade as representações ético-religiosas das sociedades tradicionais. Ora, justamente no momento em que — paradoxalmente — a 'modernidade' torna-se moda, amiúdam-se os sinais de que ela tenha chegado ao fim de seu ciclo histórico, e que vivamos já sob o signo da 'pós-modernidade'. É a hora em que avaliações críticas da 'modernidade' são tentadas desde vários

² CORNELIUS CASTORIADIS, *Le Monde Morcelé*, cap. 1º Paris: Seuil, 1990.

³ HENRIQUE VAZ, *Além da Modernidade*, *Síntese* 53 (1991) 241.

ângulos, mas que se mostram freqüentemente decepcionantes, por não se situarem na perspectiva exata, capaz de abranger a complexidade do fenômeno, e atingir seu núcleo essencial, perdendo-se na polissemia em que o termo acabou disperso”.

Que fazer com essas noções ‘bem-sabidas’ que de tão sabidas já não se sabe mais o que sejam? Há que seguir a receita de Hegel⁴: analisá-las, isto é, dissolvê-las em determinações precisas; separar e destruir. Só a partir do trabalho do negativo é que o conceito se move.

a) Etimologicamente, **moderno** é o mesmo que recente, o que na atualidade está em *moda* (que tem a mesma origem que moderno). O que está em moda se opõe ao ‘fora-de-moda’, ‘demodé’, antiquado. Indicar a posição de um evento no tempo, de si não implica nenhuma valorização. Se valorização há, é porque foi feita a priori: houve antes uma opção preferencial, uma opção pelo passado, pelo presente ou pelo futuro.

Perde-se na noite dos tempos, atravessa a cultura clássica e a Idade Média, a valorização das origens como sendo a Idade-de-Ouro mítica; e por conseguinte, a valorização do antigo, do tradicional, por estar mais perto dessa origem e mais distante da decadência que reina inexorável na sucessão das idades no tempo. Nosso tempo é o pior que já houve, mas vai piorar ainda. A única saída para tal decadência era o recurso ao *eterno retorno*: o tempo circular, o mundo onde tudo voltava ao mesmo ponto depois de um longo período: de um ano de anos, por exemplo. Então o mesmo filósofo estaria na mesma praça falando a mesma coisa aos mesmo ouvintes... Uma posição radicalmente diversa é a dos que põem a ‘idade de ouro’ no fim dos tempos: os milenaristas e quiliastas de todas as variantes: utopistas, e sua versão secular, os progressistas que vêem no avanço retilíneo do progresso um aprimoramento sempre maior do mundo, das instituições, do ser humano.

Nesse ponto, a valorização do presente é bem mais realista, pois valoriza o que é, e assim escapa ao mito da idade de ouro numa fabulosa origem ou fim dos tempos. O que não repara é que está criando um novo mito, mitificando o atual por ser atual, e desvalorizando o passado e a tradição com tal radicalidade. Que coisa mais absurda que desprezar a antigüidade clássica, ou chamar de ‘tenebrosa’ a Idade Média, época de intensa atividade civilizatória, que produziu tantos progressos e obras primas da humanidade? “Cesse tudo o que a Musa antiga canta/ Que outro louvor mais alto se alevanta” — Camões pode dizê-lo, pois canta a epopéia dos portugueses, e tem de exaltá-los sobre os heróis do mundo antigo. Mas

⁴ HEGEL, *Fenomenologia*, Prefácio (Na nossa tradução, Vozes, 1992, § 31).

licença poética não pode ser confundida com “A justiça de Deus na voz da história”...

b) Racionalidade — A modernidade se afirma como superior a todas as épocas passadas porque nela o homem, finalmente chegado a sua maioridade, “ousava saber”: estava emancipado, guiava-se só pela razão (Kant). Ora, isso não é próprio do homem moderno, pois a mais clássica das Antigüidades, — a Antigüidade grega —, se caracterizava justamente pelo culto do “*logos*”. Sócrates e os sofistas, Platão e Aristóteles, Cínicos e Estóicos, romperam com as tradições da ‘polis’ ao fazer da razão seu único guia. Modernidade seria então o mesmo que filosofia, que tinha mais de dois mil anos quando nossa modernidade foi definida por Kant e depois por Max Weber. Seria adequado então chamar nossa modernidade de “modernidade moderna”, como diz Henrique Vaz⁵. Essa modernidade se situa em relação à tradição que rejeita, isto é, aquela visão do homem e do universo, os valores e costumes inspirados pelo cristianismo. Podia-se perguntar: que racionalidade há em rejeitar em bloco a tradição como não-racional? Não seria mais sensata a presunção de que existe uma razão imanente nas tradições, como existe uma lógica na estruturação dos idiomas? Por que não suspeitar que a razão humana presidiu a gestação desses costumes e instituições e que se encontra representada em suas crenças legitimadoras? Que há um ‘instinto de razão’ nas profundezas dessas formas e figuras da sociedade e da cultura, assim como existe uma razão estruturante, em forma de leis e fórmulas matemáticas, no coração da matéria, e mesmo nas forças desencadeadas do universo físico? Por outro lado, como se pode afirmar que esse homem moderno se guia só pela razão? Como prescindir das espessas camadas de ideologias, de preconceitos, etnocêntricos e outros, que afetam sua visão do mundo, e sobretudo, sua concepção da sociedade? Nem vale a pena insistir. A ‘crítica das ideologias’ veio muito depois de Kant e de Max Weber para que pudessem beneficiar-se dela. Mas hoje em dia, como ignorá-la? Como não criticar o que critica as tradições, e indagar a partir de que critérios as críticas são feitas, de que lugar são pronunciadas? Mas a aporia decisiva é mais central, mais radical: *racionalidade*, sim; mas *que racionalidade*? Ingenuidade pensar que dizendo ‘racionalidade’ tudo está dito: quando é justamente então que os problemas fundamentais se colocam. Veja-se o livro instigante de MacIntyre: “Justiça de quem? Qual racionalidade?”⁶. “A própria racionalidade, teórica e prática, é um conceito com uma história; de fato há racionalidades, e não racionalidade, porque há diversidade de tradições de pesquisa com histórias. Será racional na prática — afirma um grupo — agir basea-

⁵ HENRIQUE VAZ, *Religião e Modernidade*, *Síntese* 53 (1991) 147ss.

⁶ ALASDAIR MACINTYRE, *Justiça de quem? Qual racionalidade?* São Paulo: Loyola, 1991.

do em cálculos de custos e benefícios de todos os cursos das ações possíveis e de suas conseqüências. Mas, para um grupo contrário, ser racional é agir sob tais normas que qualquer pessoa racional reconheça que devem ser impostas. Enfim, para um terceiro grupo, ser racional é agir de maneira a alcançar o verdadeiro bem dos seres humanos. Os pensadores do Iluminismo não se puseram de acordo sobre quais eram os princípios irrecusáveis para qualquer razão humana. Os Enciclopedistas, Rousseau, Bentham, Kant, os Filósofos escoceses, representam cinco soluções divergentes; e a história posterior só fez aumentar a extensão da divergência. O ideal iluminista de uma racionalidade consensual mostrou-se incapaz de ser atingido.

c) Racionalidade instrumental — A ‘modernidade’ não tardou a desinteressar-se por essa racionalidade de conteúdo; logo se contentou com a *racionalidade instrumental*, a racionalidade dos meios dos processos mais eficazes para alcançar o objetivo. Mas, quem determina os fins, as metas, para os quais se devem procurar os meios mais racionais? Determina o fim quem pode: quer dizer, os poderes, políticos, econômicos, sociais. A propósito, podem fazer-se várias críticas. Primeiro, uma crítica intrínseca: nesse caso, a modernidade não avançou além da sociedade tradicional que rejeitou: porque ali também a razão funcionava, e grandes gênios se esforçavam para apresentar justificção racional das crenças e objetivos que a tradição ético-religiosa, e os veneráveis costumes e instituições, estabeleciam. Assim como havia toda uma biblioteca de sábios tratados defendendo o poder divino dos reis, ou o direito e dever de reduzir os gentios e pagãos, não faltaram em nosso tempo sábios juristas que forneceram argumentos legitimadores ao nazismo (e até mesmo um filósofo de primeiro plano, Heidegger).

Muitos consideram a ‘ciência econômica’ uma teoria “ex-post”, para racionalizar as práticas do capitalismo e da burguesia ascendente. A dinâmica do capitalismo era transposta em leis da própria natureza do fenômeno econômico, e a respeitabilidade acadêmica avalizava a realidade sócio-econômica como sendo a própria racionalidade. Nem é preciso dizer que essas ‘leis’ sistematizadas por tal ciência ‘ad hoc’ eram tratadas pelos agentes econômicos dominantes com a maior desenvoltura: a livre concorrência, por exemplo, a auto-regulação dos mercados, eram usados literalmente como *instrumentos*, aplicados ou descartados na media exata de sua utilidade num momento determinado. Claro que em tais casos não faltavam teóricos de plantão para justificar as distorções através de novos ‘avanços teóricos’, ou refinamentos da teoria: ou seja, colocando-se em sintonia fina com a conjuntura e as estratégias das forças dominantes do sistema. Isso porém era um trabalho especializado: de fato, quando se fala em modernidade, não há tais preocupações: o que importa não é justificar nada, mas encontrar os meios mais racionais, mais eficazes, de fazer o que se tem de fazer; isto é, o que interessa. E as coisas pare-

cem óbvias, e ter a clareza de uma tautologia: no plano político-administrativo, no tecnológico, econômico e financeiro, a racionalidade que interessa é puramente instrumental: isto é, a dos meios mais eficazes para obter uma sociedade moderna, ou seja, com evidente circularidade, uma sociedade onde impere a racionalidade desses processos.

d) O capital e o racional — De fato, tal circularidade é aparente, e essa abstração dos fins é também ilusória. Na realidade, dá-se por tão evidente e óbvio, — como um postulado fundamental tão indiscutível que não precisa trazer à baila — o ‘imperativo categórico’ do capital; ou, parafraseando Hegel, e não mais Kant, “o racional é o capital e o capital é o racional”. A ele está subordinado tudo o mais: a cultura, a mentalidade, os valores, são bons ou maus, devem ser promovidos ou transformados, na medida em que servem ao capital: à sua expansão crescente mais rápida e eficaz. A começar pelo político: o Estado é bom ou pernicioso, suas dimensões são corretas ou são monstruosas, na medida em que sirvam à acumulação e expansão do capital. A ciência e a tecnologia são de extremo valor porque (e enquanto) contribuem de maneira decisiva à racionalização da produção, à produtividade e à criação de novos mercados para novos produtos. Devem ser extirpados os valores tradicionais e princípios éticos que possam ser empecilho à dinâmica do capital. A mão de obra, o emprego, só têm sentido em função do capital: não se deve hesitar, com escrúpulos populistas ou românticos, sempre que o capital necessitar, para sua maior produtividade e concorrência nos mercados, aumentar drasticamente a taxa de desemprego; como também se devem preferir para investimentos os lugares onde o operário por pior remuneração, seus direitos trabalhistas menos reconhecidos, e o Estado mais disposto a reprimir sindicatos e greves eventuais. Os movimentos ecológicos foram objeto de ridículo enquanto não apresentaram nova face, a do desenvolvimento auto-sustentado: enquanto o meio ambiente não se mostrou como condição e garantia, a longo prazo, do processo produtivo e da remuneração do capital: só por isso, e enquanto tal, conseguiu merecer a atenção das empresas. Na verdade, só o capital dá respeitabilidade racional a tudo o mais: o Informe do Banco Mundial, 1992⁷, procura apresentar as pessoas humanas (que aliás deveriam ser consideradas o fim da economia, e esta, racional na medida em que satisfizesse suas necessidades) como *capital humano*; e a natureza — ou o planeta (de que o homem em sua tensa atividade econômica é pequena parte e efêmera floração) como *capital natural*. Esta é a linguagem sensata e inteligível, porque faz descer para o gênero humano e o planeta uma certa racionalidade, embora derivada e participada, do capital; como tudo o que se move no mundo capitalista, também o ser humano e a Mãe-Terra, têm de pedir reconhecimento e proteção ao capital. Parafraseando o hino

⁷ Informe sobre el Sesarollo humano, *Panorâmica*, 1993, p. 4.

patriótico “Liberdade, Liberdade! Abre as asas sobre nós!”, hoje em dia é assim que se deve dizer: *Capital, Capital! Abre as asas sobre nós!*

II - Modernização

Mas deixemos de lado, por enquanto, a modernidade, e passemos a *modernização*. ‘Modernização’ já esteve mais em moda que ‘modernidade’: foi num tempo ainda recente, quando o desenvolvimento, o desenvolvimentismo, ocupavam as atenções de economistas, politólogos, estadistas e organismos internacionais. Pode-se ver ainda hoje nos escritos de Hélio Jaguaribe — que foi um dos arautos do desenvolvimentismo naquele período⁸, a mesma preocupação com a ‘modernização’, a crença inabalável na modernização como solução dos problemas nacionais, uma fé que dispensa qualquer crítica mais radical de seus pressupostos e objetivos reais. ‘Modernização’ está unida a uma concepção dualista das sociedades, divididas entre setores, estratos, de população, tradicionais e modernos. Dualismo, no fundo, maniqueísta, identificando moderno com bom; tradicional, com mau, com irracional. E dualismo estático ou de essências: não repara que há integração entre os dois, que a modernização possa produzir o atraso ou beneficiar-se dele — ou que possa ser perversa, e não, boa por natureza⁹.

Entre nós o capitalismo se acomodou com a escravidão, o liberalismo era defensor do escravagismo, contra os abolicionistas¹⁰, e hoje a mais moderna racionalização das multinacionais utiliza situações de trabalho e de sociedade, as mais tradicionais, para maximizar seu lucro frente à concorrência internacional¹¹. Até os países mais desenvolvidos começam a alarmar-se com o *dualismo* que a mais recente e avançada estratégia do capital está produzindo em suas economias através do desemprego. Eis um dualismo que não é um obstáculo impedindo a ‘modernização’ mas um subproduto dela¹². Robert SOLOW, Prêmio Nobel de Economia, denuncia “o dualismo agravado pela baixa de salários, e a rarefação dos empregos para os trabalhadores menos qualificados, com o perigo de criar duas nações dentro de um mesmo país: de um lado, um grupo de privilegiados, e de outro, uma massa de assalariados sem qualificação nem competência”, uma eventualidade que poderia tomar corpo em um futuro indeterminado. Ao que Claude JULIEN acrescenta: o dualismo descrito não constitui

⁸ HÉLIO JAGUARIBE, *Alternativas do Brasil*, José Olímpio, ³1989. Id. *Brasil, Reforma ou caos*. Paz e Terra, ⁴1989.

⁹ ALFREDO BOSI, *Dialética da Colonização*.

¹⁰ F. HENRIQUE CARDOSO, *Capitalismo e escravidão*, Difusão Européia do Livro, 1962.

¹¹ *Le Monde Diplomatique*, abril 93, p. 8.

¹² *Id.* Dezembro, 1993, p. 17.

apenas um perigo potencial: nos Estados Unidos, e mais ainda na Europa, esse dualismo já existe há muitíssimo tempo, e é reforçado cada dia por um economicismo naturalmente sem projeto de sociedade. E o artigo termina citando Jacques Derrida: “Nunca tantos homens, mulheres e crianças foram reduzidos à servidão, à fome, e ao extermínio sobre a terra”. Portanto, a ‘modernização’ não levou à terra da promessa que seus profetas anunciavam: nos países que a adotaram, como um fim em si e por si, produziu os efeitos perversos que eram vistos nos países periféricos como obstáculos ao progresso social que a modernização produziria por si mesma.

A Ideologia da Modernização

Com efeito, ‘modernização’ não é apenas um rótulo para indicar um processo ocorrido em certas sociedades, mas é um modelo, uma *ideologia* que convida a uma crítica severa, como a que lhe foi feita por Ruben OLIVEN¹³. Este autor a considera como uma ideologia que tem o propósito de justificar o estado de desenvolvimento das sociedades mais adiantadas, e o subdesenvolvimento das mais atrasadas, encobrendo as verdadeiras causas de tal situação. Opera através de um *mito*, a ‘modernização’ que procura explicar como as diferenças culturais entre as várias sociedades seriam responsáveis por suas diferenças econômicas e sociais (Um mito etiológico, diríamos). Apresenta-se essa ideologia como uma peculiar teoria de desenvolvimento, que enfatiza os fatores culturais e psicossociais como a fonte causal das mudanças econômicas e sociais. Encara a história como uma sucessão de estágios que as sociedades atravessam mais cedo ou mais tarde, e postula que atributos e fatores culturais sejam responsáveis pelos atrasos ou avanços nesse *continuum*. Seu marco conceitual é o enfoque *dicotômico*. A influência da teoria evolucionista do século dezenove é aqui evidente, através do artifício de contrastes típicos entre os atributos da tradição e os da modernidade, utilizando elementos teóricos de Parsons, Tönnies, Dürkheim, com certa atualização etnográfica. Feita a descrição, Oliven passa a formular suas críticas à ideologia da modernização.

1º) Não leva em consideração que as diversas sociedades estiveram em *contato* nos últimos séculos, estabeleceram relações em que umas tiveram posição metropolitana, e as outras periférica dependente.

2º) A história não é uma *sucessão linear* de etapas: tem recuos, estagnações; está impregnada de contradições, e a esfera sócio-cultural não mantém com a cultura uma relação linear de tipo mecanicista.

¹³ RUBEN GEORGE OLIVEN, *Urbanização e mudança social*, cap. 2º: A ideologia da modernização, Vozes, 1980, 30ss.

3º) Admite um *determinismo cultural* em que os valores, as motivações e forças psicológicas determinam em última instância a taxa de desenvolvimento econômico e social. O modelo subjacente é a “Ética protestante e o espírito capitalista”. Max Weber considera como fator causal da história não a economia, mas a cultura, opondo o determinismo cultural ao determinismo econômico de Marx (embora ambos rejeitassem a pecha de unilateralismo que seu “determinismo em última instância” lhes valeu).

4º) Há forte dose de *etnocentrismo* nessas teorias da modernização. De fato, as sociedades adiantadas são tidas como paradigma e estágio final, a ponto de alguns terem proposto substituir ‘modernização’ por ‘ocidentalização’. O progresso das nações é julgado pela proximidade com as instituições e valores das sociedades ocidentais, sobretudo anglo-americanas, ou pelo que Bendix chamou “o leito de Procusto da experiência européia”¹⁴. Tal etnocentrismo se torna evidente no indicador que Inkeles¹⁵ propõe para caracterizar a modernização: *a dignidade*: “O homem mais moderno é alguém que possui uma consciência da dignidade dos outros, e mais disposição a mostrar respeito por eles: vê-se isso claramente nas atitudes em relação às mulheres e às crianças”. Eis um etnocentrismo com forte componente de ignorância. O que caracteriza as sociedades indígenas, — as menos modernizadas que há, pois possuem ainda traços neolíticos — é o sentido da dignidade de cada indivíduo: exigir respeito de sua dignidade e respeitar a dignidade alheia, inclusive das crianças. Basta uma modesta informação etnográfica para saber disso, ou uma convivência de uns poucos meses dentro de uma comunidade indígena para ficar impressionado com o nível de dignidade e de respeito que ali existe. Aliás, o próprio fato de serem sociedades sem-estado, ou sociedades contra o Estado, como chama Pierre Clastres¹⁶ deriva de uma concepção tão ciosa da liberdade e autonomia das pessoas e famílias, que não se admite uma superestrutura ditando normas e aplicando penas. OLIVEN termina chamando a atenção para o exclusivismo ou radicalismo dessa ideologia da modernização, a ponto de seus adeptos não admitirem a publicação de artigo mostrando que em certa região da Índia, técnicas tradicionais tiveram mais produtividade que as modernas. Também a Inglaterra que inaugurou a revolução industrial, tinha mais instituições medievais do que qualquer outro país europeu. Aliás Amintore Fanfani — que foi um dos maiores estadistas italianos do após-guerra, — escreveu uma tese demonstrando que Veneza e Gênova saíram na frente, quando do surgimento do capitalismo, sem precisar de nenhuma ética protestante — como postulava Max Weber. Possivelmente foi por esse motivo que se relegou ao

¹⁴ REEINHARD BENDIX, *Tradition and Monetary Reconsidered*, 1967.

¹⁵ ALEX INKELES, *The modernization of man* (Apud R. OLIVEN, *Urbanização e mudança social*, 36).

¹⁶ PIERRE CLASTRES, *La société contre l'État*.

silêncio este livro de Fanfani por contradizer a ortodoxia 'modernizadora'...

III - Para além da modernização: a nova modernidade neoliberal

A 'modernização', que estava tão em voga entre os anos 50 a 70, fazia corpo com uma teoria do desenvolvimento, uma estratégia para alcançar o progresso social em todos os seus aspectos, a partir da mudança da mentalidade tradicional, avessa à racionalização moderna. Ora, essa 'modernização' é página virada nesta década de noventa. A modernidade que agora está em moda, — a modernidade de que tanto falava Collor e os Editoriais do Jornal do Brasil durante seu efêmero governo —, é a modernidade neoliberal ou ultraliberal: aquela corrente impetuosa onde vão confluír políticas como as de Reagan e de Tatcher, Dama de Ferro; a expansão planetária e irresistível das multinacionais; o sepultamento das ilusões do socialismo real, e o sucateamento da grande potência soviética ante o domínio unipolar dos americanos; o impulso industrial do Japão e de seus filhotes, os Tigres Asiáticos; o Fundo Monetário e o Banco Mundial impondo seus figurinos implacáveis ortodoxos aos países com problemas financeiros; os economistas Prêmio Nobel de Economia; o exemplo paradigmático de Pinochet no Chile, a política econômica de Menem-Cavalho na Argentina, e o México integrado à Nafta; a nova Europa que promove sua união econômica e financeira dentro desses moldes neoliberais avançados. A Índia, e agora a China, entrando nos moldes da nova ordem econômica internacional, abjurando de todo o terceiro mundismo, nacionalismo e socialismo em suas economias.

As características dessa nova ordem econômico-financeira internacional são fáceis de elencar. Ela possui tal segurança que sua franqueza raia o cinismo, e dispensa com desenvoltura os artifícios hipócritas de outrora. Ninguém está realmente preocupado com democracia; ao contrário: o Chanceler Kohl tem sarcasmos para os que se indignam ante o bombardeio sanguíneo do parlamento russo — essa gente que quer medir ao milímetro as políticas democráticas de Boris Yeltsin¹⁷. Aplauda-se golpe militar contra as eleições na Argélia, pois os fundamentalistas não dão muita segurança aos negócios internacionais; armam-se guerrilhas implacáveis contra os governos de Angola e Moçambique para obrigá-los a alinhar-se ao sistema que domina o mundo; pouco importa que o governo tenha vencido as eleições em

¹⁷ Ver *Le Monde Diplomatique*, décembre, 93.

Angola, se Jonas Sawimbi é tão favorável aos negócios do Ocidente como o tirano Mobutu. Os regimes, autocráticos ao extremo, da Arábia Saudita e do Kuwait, são ardorosamente apoiados, e lá não importa que os direitos humanos não sejam respeitados, pois são aliados e parceiros tão incondicionais nos negócios. E que importa o teor de democracia que possa existir ou não nos 'Tigres Asiáticos', se dão, a todos os países subdesenvolvidos, um exemplo tão chocante de uma economia sábia e eficiente?

A franqueza dessa nova modernidade se estende também ao campo social. Já não se proclama, como no auge da ideologia da modernização, que o desenvolvimento social é a meta das políticas econômicas. O economicismo ultraliberal considera o equilíbrio macroeconômico um valor em si e por si; as privatizações são um imperativo que não admite exceções. Alega-se a incapacidade gerencial do estado, a pouca produtividade etc., da empresa pública. Mas quando uma empresa do Estado investe mais do que todos os investimentos estrangeiros neste século, paga mais em impostos do que a Argentina arrecadou com a venda de Yacimientos, mesmo assim acham que deve ser privatizada: e aí se mostra o verdadeiro motivo; o que é lucrativo deve ficar com os particulares, e não para o Estado, porque poderia dar-lhe forças em suas políticas econômicas e sociais; ou quem sabe? para defender o 'interesse nacional' esse objetivo superado na era das multinacionais. É o caso da Petrobrás¹⁸.

Ante os objetivos do equilíbrio macroeconômico, e da baixa de custos imperativa para enfrentar a concorrência internacional, o desemprego se considera saudável e racional; e o agravamento da miséria nos países pobres é visto com tranqüilo realismo, pois é o preço a pagar por políticas populistas, nacionalismos, incompetências crônicas; se é que querem acertar seu passo com a modernidade neoliberal. Chegou-se a perguntar se o figurino que o FMI impôs a 870 milhões de indianos se destinava a "eliminar a pobreza ou a eliminar os pobres"¹⁹.

De fato, aumentando fortemente os preços dos alimentos, exportando o arroz indispensável à alimentação, e ainda rebaixando os salários, muito agricultor e artesão não conseguiu com seu trabalho o mínimo para sua subsistência. Os vinte milhões de desempregados na Europa já não impressionam, e planeja-se mais licenciamentos para enxugar o aparelho produtivo.

Outro aspecto dessa síndrome de teses e políticas neoliberais é a desmobilização ideológica; o recuo das ideologias, o descrédito das

¹⁸ Revista *Veja*, 09.03.94. Investimentos externos desde 1900: 72,5 bilhões: Investimentos da Petrobrás (desde 1953): 80 bilhões.

¹⁹ *Le Monde diplomatique*, avril, 92, p. 8.

bandeiras e as causas que uma geração atrás pareciam a razão de viver e de lutar. A tenência hoje é a abdicação “ampla, geral e irrestrita” ante as forças econômicas e suas políticas em escala planetária. Mas na verdade, essa desideologização é apenas a dominação completa de uma única ideologia: — o economicismo — que como toda a ideologia triunfante nem se considera mais ideologia, e sim realismo sensato, mentalidade racional e afinada com a mais atual modernidade. Tem um fiel e valioso aliado na pesquisa científica, não mais independente e sim atrelada à descoberta da maior produtividade, à diminuição dos custos para o domínio dos mercados. Mas sobretudo, a pesquisa se destina a descobrir sempre novos produtos, para alimentar a sede de consumismo: cada vez mais sofisticados, mais diversos, e absorvendo uma tecnologia de ponta. A publicidade e os meios de comunicação, por seu lado, têm a tarefa de ‘fazer as cabeças’, atingir todos os públicos especializados, incluir nessa febre consumista as crianças desde os mais tenros anos, os adolescentes que absorvem tão facilmente todos os modismos; e com isso, as novas gerações ficam cada vez mais aptas a integrar-se nessa ‘época do conformismo generalizado’ de que fala Castoriadis²⁰.

Paradoxalmente, o pensamento mais radical que se apresenta como o mais crítico, — o dos teóricos pós-modernos, — vem engrossar essas correntes de desmobilização e de conformismo. De fato, todo o seu empenho é desconstruir os sistemas, os princípios, a filosofia, o sujeito, a história, o sentido, enfim. Nada mais consentâneo com a razão instrumental, que justamente prescinde de qualquer busca de valores e de sentido; por que não se conformar com o que existe, por que lutar por alguma coisa, se todas as bandeiras foram queimadas — como fez Getúlio no Estado Novo com as bandeiras dos Estados? Há uma harmonia pré-estabelecida — ou talvez mais que isso — entre o pensamento desses teóricos pós-modernos sutis, e as práticas, nada sutis, do neoliberalismo dominante.

IV - O sonho da modernidade e o futuro da América Latina

O sonho de entrar para o primeiro mundo, pela “porta da esperança” da modernidade, não é mais um sonho exclusivo de nossas elites e governantes, mas está cada vez mais atingindo o povo latino-americano. Seria possível realizar tal sonho no contexto neoliberal, e mais amplamente, na globalização do capitalismo avassalador?

²⁰ Ver nota nº 2.

A resposta óbvia é que em tal contexto a América Latina não tem futuro; isto é, que seu futuro tem de ser buscado por outros caminhos. Ninguém é contra o progresso técnico-científico, nem contra a 'racionalização' dos processos de produção. Mas a modernidade, a modernização, não são apenas isto, embora se apresentem como tais: são ideologias, portanto, racionalizações' dos interesses de determinadas forças sociais no seu intento de justificar-se ante a razão e a opinião pública como as únicas posições sensatas, científicas e benéficas. O que se deve ter presente é que a modernização dos processos, o progresso tecnológico, a dinâmica dos mercados e dos acordos internacionais, tudo deve estar subordinado a um projeto de sociedade, aos direitos humanos, à dignidade da pessoa humana e à sua qualidade de vida, individual e social. Não há dúvida que com essa arrancada de modernizações das últimas décadas, a qualidade de vida se deteriorou, e se pôs em risco a própria habitabilidade do planeta, com sua camada de ozônio comprometida, seus oceanos poluídos, suas florestas destruídas e dezenas de espécies animais eliminadas cada ano.

Se quisermos uma saída para a América Latina, um futuro melhor para suas populações, temos de tomar outros caminhos: a saber, orientações ponto por ponto contrárias à 'modernidade' neoliberal.

A) A começar pelas funções e dimensões do Estado. Reconhece o Relatório do BID²¹ que "a deterioração das condições sociais da América Latina nestes últimos anos foi acompanhada pela formação de um conceito negativo do Estado, como uma instituição essencialmente subsidiária; — o que restringiu sua capacidade para continuar enfrentando o problema da pobreza, e desmantelou grande parte da capacidade institucional de que dispunha para fazê-lo". Importa, pois, fortalecer o Estado nacional, dar-lhe legitimidade e meios para atacar esses problemas da pobreza, da miséria em nosso continente, e não 'desconstruí-lo' como querem os neoliberais, que neste ponto são pós-modernos... A América Latina precisa de estados fortes para resistir aos interesses particulares, nacionais e internacionais, promover o bem comum, e ter uma atenção especial aos desfavorecidos, para fazê-los participar plenamente da vida nacional.

B) Deve-se considerar a democracia como um objetivo inegociável, uma finalidade em si e por si, que não pode ser sacrificada à eficiência econômica, ao saneamento das finanças, à ambição de equiparar-se aos tigres asiáticos (também chamados 'dragões'...).

C) Não admitir receitas econômicas que preconizem o empobrecimento ainda maior, o agravamento da fome e do desemprego para o nosso povo. Há que 'desmitificar', 'desencantar' esse culto da

²¹ BID, *Aspectos sociales del desarrollo*, p. 110 (texto de Enrique Iglesias, 1992).

modernização: enfim, Hitler, o Xá Reza Palevi, Pinochet, — asquerosos déspotas — foram eficientes modernizadores.

D) Valorizar a cultura nacional, respeitar os valores e as tradições da própria sociedade latino-americana, que não precisa da aprovação do primeiro mundo para ser válida e humana; e sem complexo ante quem produz tecnologia de ponta — que aliás pode ser absorvida antropofagicamente — como queria Oswald de Andrade — sem comprometer nossa identidade cultural. Quem exige a erradicação de nossos valores culturais não são as técnicas progressistas, e sim ideologias unilaterais e etnocêntricas; no fundo, inimigas da humanidade: pois são inimigas da qualidade de vida no sentido mais pleno, uma vez que o ser humano não é só agente econômico ou fator de produção, — tem uma gama ilimitada de necessidades, ânsias, aspirações, ideais. A riqueza cultural da América Latina não é obstáculo ao crescimento econômico: seus valores só são opostos àquelas distorções e efeitos perversos, que cada dia se tornam mais notórios²².

E) Urge pesquisar outros caminhos, elaborar teorias e estratégias que evitem os erros e conseqüências nocivas de modelos traçados pelo primeiro mundo; sem esperar que os prêmios-Nobel de economia cheguem a produzir teorias mais humanas. Possivelmente não está distante esse dia, dadas as distorções que o economicismo neoliberal produz na Europa, em especial na Rússia, e à longa crise em que se debate o Ocidente e agora afeta o Japão prodigioso. As crises têm o efeito benéfico de convidar à crítica e “a revisão. Talvez esta leve a uma mudança decidida de rumo, e retorne à moda a preocupação com o social, com o ser humano, e se redescubra a função equilibradora do Estado ante as forças cegas do mercado. E enfim se torne evidente como o sol ao meio dia que o mais fundamental dos direitos humanos, — o direito à vida com dignidade, — está acima de qualquer economicismo.

Endereço do Autor:
Rua do Príncipe, 526
50050-900 Recife — PE

²² Ver artigo de OTÁVIO VELHO, Impedindo ou criticando a modernização? O caso do Brasil, Síntese 57 (1992) 199ss.